

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Apontamentos sobre o trabalho nas cooperativas da vertente solidária.

Eliene Anjos.

Cita:

Eliene Anjos (2009). Apontamentos sobre o trabalho nas cooperativas da vertente solidária. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1364>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Apontamentos sobre o trabalho nas cooperativas da vertente solidária

Eliene Anjos

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
elieneanjos9@hotmail.com*

1. Introdução

Na conjuntura atual, as cooperativas suscitam análises controversas sobre a potencialidade de gerar trabalho digno para milhões de trabalhadores/as que as vêem como alternativa ao desemprego. Diversos estudos sobre as cooperativas de trabalho e produção em regiões distintas do Brasil apontam a utilização dessas para flexibilizar as relações trabalhistas; tendo como conseqüência, a precarização do trabalho, expondo o trabalhador a uma situação de vulnerabilidade (LIMA, 2002).

As cooperativas que são norteadas pelos princípios da Economia Solidária, entretanto, constituem-se numa alternativa para os que estão excluídos do trabalho formal. Essas cooperativas autogeridas pelos próprios trabalhadores assumem papel de protagonistas, sendo estimuladas pelos governos populares e movimentos sociais. Este artigo analisa o trabalho em mais de 1200 cooperativas de trabalho e produção registradas no Primeiro Mapeamento Nacional da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) realizado em todas as regiões do país.

2. A Economia Solidária e o Cooperativismo no Brasil

A história da Economia Solidária confunde-se com o movimento cooperativista. Singer (2002) reconstitui o percurso dos empreendimentos da vertente solidária com as primeiras cooperativas criadas pelos trabalhadores para superar a exploração capitalista e constituir experiências emancipatórias. Os ensinamentos dos chamados Socialistas Utópicos, Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon constituíram os princípios basilares do movimento cooperativista e inspiração para a prática da Economia Solidária.

A Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale na Inglaterra em 1844 é um exemplo clássico para os trabalhadores; esta se propôs organizar a produção e distribuição diferentemente do capitalismo. Ao instituir a autogestão, a igualdade de participação dos seus associados lançou a base para aqueles que lutam contra a subordinação capitalista e buscam constituir empreendimentos gestados pelos próprios trabalhadores, baseados em princípios que visam à coletividade.

Conforme Singer (2003), a Economia Solidária emerge na década de 80 como uma nova proposta para organizar a economia e a sociedade. Essa proposta não é nova entre os trabalhadores, porém estaríamos diante de uma reinvenção com ênfase na democracia, igualdade e autogestão como princípios norteadores. Um aspecto diferenciado da contemporaneidade para o século XIX, quando surgem as primeiras cooperativas sob direção dos trabalhadores, é a precarização do trabalho e a proliferação do desemprego

estrutural a partir de 1980. Na visão de Singer, a Economia Solidária ressurgiu para aqueles que estão excluídos do mercado formal e buscam superar o assalariamento.

Nesse contexto, diversas organizações sociais impulsionam iniciativas que buscam gerar renda e trabalho de forma associativa. Os empreendimentos são assessorados por universidades que instituem as Incubadoras de Cooperativas Populares e fóruns que são criados para demandar políticas públicas. O êxito dessa mobilização é a criação da SENAES no Fórum Social Mundial em 2003. Porém, essas iniciativas não se limitam a se constituir espaços de trabalho e produção; constituem-se em alternativas porque têm um potencial emancipatório e suas práticas integram um processo de transformação econômico, social, político e cultural (SANTOS, 2002).

2.1 O cooperativismo brasileiro: breve histórico

Nas primeiras duas décadas do século XX, o cooperativismo no Brasil desenvolveu-se com relativa rapidez, no que tange às cooperativas de consumo, de crédito e agropecuárias, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Mas entre 1920 e 1940 sofreu uma crise significativa, muitas cooperativas foram fechadas, outras estagnaram, outras não foram mais acompanhadas de perto por seus idealizadores e fundadores.

A partir de 1902, surgiram as primeiras cooperativas de crédito e em 1906, as cooperativas agropecuárias. Estas surgiram e se desenvolveram num contexto econômico e social rural, as iniciativas partiram de estratos sociais médios, mas com raízes rurais. Tais organizações cooperativas passam a difundir-se junto a núcleos de imigrantes da região Sul e Sudeste, especialmente junto a imigrantes italianos, alemães, holandeses e japoneses.

As cooperativas de consumo tornaram-se fortes e numerosas na década de 50 a 60. Nesta época, porém, apenas 45% da população concentrava-se nas regiões urbanas, e era ainda no meio urbano, local onde se originaram as primeiras cooperativas brasileiras, que elas continuavam a predominar, sendo mais dinâmicas e desenvolvidas que as do setor agropecuário. Posteriormente, porém, o panorama se modificaria. A partir de meados da

década de 60 até a década de 80, as cooperativas agropecuárias expandem-se e ultrapassam as cooperativas urbanas em inovação, capacidade de organização, importância econômica e no número de associados. Schneider e Lauschner (1979) atribuem essa estagnação do cooperativismo urbano ao desestímulo oficial, tanto no plano legal quanto no plano de crédito e da assistência técnica, estabelecendo uma série de barreiras para a expansão de cooperativas de consumo, crédito etc.

Em 1970 e 1980 houve uma redução do número de cooperativas devido à intensificação do ritmo de agregação (sobretudo fusões e incorporações), estimulado pelas “aberturas” da legislação cooperativista a partir de 1971; de outro lado, as exigências competitivas impostas pelo mercado internacional e pelo mercado interno, tornou inviável a sobrevivência de cooperativas com pequena capacidade de produção e de comercialização.

Um outro ramo cooperativo que adquiriu protagonismo no contexto atual é o trabalho. As primeiras cooperativas de trabalho no Brasil surgem em 1932 formadas pela mão-de-obra semiquificada, trabalhadores braçais, artesãos, pescadores, motoristas de caminhões, entre outros. A partir de 1965, começam surgir cooperativas de trabalho com perfis qualificados como médicos, dentistas, professores etc, buscando solucionar problemas de inserção e intensa exploração no mercado de trabalho. (CULTI, 2008).

Atualmente, encontramos grandes empreendimentos cooperativos que funcionam como empresas empenhadas na profissionalização da gestão, voltados para a competição no mercado, administração racional, aumento do capital, crescimento econômico e em moderna tecnologia para obter ganhos de escala e de eficiência. Entretanto, percebemos diversas experiências de cooperativas surgidas no meio popular que se orientam por uma lógica auto-gestionária e buscam uma inserção na economia para abranger os que se encontram em processos de exclusão, seja na formalidade ou informalidade (SINGER, 2003, 2002; PINHO, 2004; GAIGER, 2004).

3. As cooperativas de trabalho e produção da vertente solidária

3.1 O trabalho nas cooperativas: que trabalho?

As pesquisas realizadas com cooperativas genuínas identificadas com os princípios do cooperativismo e com o conceito de Economia Solidária apontam à destituição da primazia econômica do trabalho, por uma outra racionalidade baseada na livre associação (VIEITEZ e DAL RI, 2001; GAIGER, 2007). Não obstante, não há um autor que tenha empreendido uma sistemática construção teórica sobre o trabalho livre associado. Contudo, com a disseminação de empreendimentos sob a direção dos trabalhadores que se encontram excluídos ou incluídos ocasionalmente no mercado formal, diversos pesquisadores tentam uma definição mais elaborada sobre essa forma que o trabalho assume nestes empreendimentos específicos.

Na pesquisa realizada por Vieitez e Dal Ri (2001) investigou-se o trabalhador típico da autogestão, afirmando que este é associado e não assalariado. Este trabalhador não é compelido a vender a sua força de trabalho, típico da relação capitalista de trabalho, ele é o dono do seu trabalho e detentor do resultado deste. Assim sendo, estaria suprimida a mais-valia extraída do assalariamento e o trabalho alienado identificado por Marx. O trabalho associado recuperaria a integridade do trabalhador ao restituí-lo como ser social que se insere num setor produtivo para garantir, parafraseando Coraggio (2007), a reprodução ampliada da vida.

Entretanto, não podemos afirmar que o trabalho associado está acabado e proliferando-se como cultura de um novo trabalho nas empresas autogestionárias, e, particularmente, nas cooperativas solidárias. As investigações empíricas demonstram que existe nos empreendimentos da Economia Popular e Solidária uma racionalidade distinta da lógica capitalista, porém passível de contradições (TIRIBA e PIKANÇO, 2004). Dessa forma, constata-se diversos trabalhadores reproduzindo no interior dessas organizações a mesma divisão do trabalho da empresa mercantil e sua hierarquização. Além disso, um

número significativo dos que se inserem nas cooperativas esperam garantir nestas os mesmos direitos que teriam caso estivessem assalariados.

Com o atual contexto de reestruturação produtiva, várias formas de trabalho são (re)criadas cujo sentido não se limita à reprodução do capital, mas da própria vida. Citando Razeto (1993), Tiriba e Picanço afirmam que o “trabalho associado vem se apresentando como estratégia de vida e/ou como estratégia de sociedade” (2004, p. 24).

No processo dialético de fazer, pensar e recriar o mundo, também para os tecelões da economia popular solidária, o trabalho é o princípio educativo e, ao mesmo tempo, uma das formas pelas quais, com a luta dos trabalhadores, é possível fazer germinar os embriões de uma nova cultura do trabalho (idem, 2004, P. 29).

Este modo dialético de construir uma nova cultura do trabalho ressaltado pelas autoras acima, evidencia o processo de elaboração do que seja o trabalho livre e associado. Entretanto, não é possível afirmar que temos um trabalho emancipado, dotado de sentido para a realização do ser social, ou genérico conforme Marx, mas um *continuum* de fluxo e refluxo para ir além da relação assalariada e a constituição de um trabalho baseado no valor de uso e na valorização dos que são seus produtores.

3.2 A fisionomia das cooperativas solidárias

No Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária, foram registrados 21.885 empreendimentos que se identificam com os valores da solidariedade, autogestão, democracia e cooperação. Desse universo, 2111 são cooperativas de serviços, trabalho, comercialização, crédito, produção industrial, artesanal e agropecuária. Tencionando identificar a reconfiguração do trabalho nas cooperativas da vertente solidária, foi

delimitado um subconjunto para aquelas que têm sócios/as que trabalham ou atuam diretamente nos empreendimentos e realizam de forma coletiva a produção, a prestação de serviço ou o trabalho. Desse modo, esta investigação pode dispor como objeto de análise, de um banco de dados formado por 1257 cooperativas, cuja motivação principal é a geração de trabalho e renda para seus associados.

Do universo pesquisado, 93,4% das 1257 cooperativas analisadas estavam funcionando no período de realização do mapeamento entre 2005 e 2007. Dessas, 41,5% foram criadas na década de 90 e 48,9%, na primeira década do novo milênio. Nos últimos dois decênios, foram criadas 90,4% das cooperativas identificadas com a Economia Solidária. Este crescimento vertiginoso pode ser explicado, como hipótese, devido ao fortalecimento das alternativas no meio popular para o enfrentamento ao desemprego estrutural, a rede de apoio constituída pelas Incubadoras nas Universidades, as ONGs e os governos populares.

A representação geográfica das cooperativas de trabalho e produção demonstra uma mudança na prática cooperativa nas regiões e na área de atuação. O Sul historicamente tem uma cultura cooperativista e continua liderando com o maior percentual, de 28,4%. O Nordeste aparece em segundo lugar, com 27%, demonstrando uma mudança na prática cooperativista na região tradicionalmente relacionada às relações de dominação dos grandes fazendeiros. O Sudeste, o mais industrializado do país, vem em terceiro, com 24%. Esses dados não são suficientes para afirmar que há uma nova concepção de cooperativas no Nordeste e uma redução desse tipo de empreendimento no Sudeste. Uma análise qualitativa pode aprofundar as razões dessas transformações.

Quanto às áreas de atuação das cooperativas há uma concentração no urbano: 49,7% e 28,8% entre o urbano e rural e 21,4% exclusivamente rural. Estas estatísticas vão de encontro ao banco de dados da Organização Cooperativista Brasileira (OCB) que, com base no anuário de 2007, infere que o retrato do cooperativismo brasileiro ainda é rural. Tal singularidade da vertente solidária evidencia, a princípio, que a ascensão dessas cooperativas no meio urbano demonstra a vitalidade das camadas populares na busca de alternativas aos processos de exclusão e desigualdade.

O impacto dessas cooperativas na reconfiguração do trabalho é ambivalente. O motivo principal para criação do empreendimento foi o desemprego, para 39,4%. Essa constatação reforça a tese que apresenta a Economia Solidária como alternativa à geração de trabalho e

renda. Não obstante, é altamente significativo que o segundo motivo mais citado seja obter maiores ganhos num empreendimento associativo, com 23,5%. Este segundo dado nos permitiria trabalhar com a hipótese de que há uma escolha consciente por um formato de produção alternativo, baseado em valores de cooperação e de solidariedade.

As condições efetivas dos direitos e benefícios dos trabalhadores ainda não permitem uma resposta definitiva quanto às potencialidades desses empreendimentos se constituírem em alternativa ao trabalho assalariado, via constituição do trabalho associado. Apesar de serem espaços democráticos de participação e decisão dos sócios, com 87,1% das cooperativas utilizando-se de assembléias, 75,8% delas não estão conseguindo garantir remuneração fixa aos sócios que trabalham. Este índice tão elevado pode ser explicado, inicialmente, porque 79,1% dos sócios que trabalham não o fazem necessariamente em regime integral e recebem por horas. Contudo, é relevante que 88,9% declarem não estar conseguindo remunerar os sócios trabalhadores. Somente 15,1% afirmam remunerar nas férias; 29,5% garantem qualificação profissional como benefícios e direitos. Para 60,15% das cooperativas, não há garantias, benefícios e direitos para os sócios que trabalham. Para as cooperativas que estão conseguindo remunerar mensalmente os sócios trabalhadores, 75,9% recebiam até dois salários mínimos vigente em 2007. Este valor situa-se na média da renda do trabalhador brasileiro.

O tamanho das cooperativas pode ser uma hipótese para explicar seus limites na construção de um trabalho associado baseado em direitos sociais. Cerca de 60% das cooperativas têm entre 16 e 65 sócios. Os empreendimentos formados por homens têm 34,8%, enquanto das mulheres 32,7%. Os empreendimentos exclusivos de associadas são menores, a maior percentagem encontra-se entre 6 e 15 sócias, com 26,3%. Já as cooperativas com associados acima de 5000 membros têm 0,6% de sócios homens contra 0,1% das mulheres; o que explicaria um número superior de sócios homens no âmbito geral das cooperativas e de todos os empreendimentos da Economia Solidária no Brasil.

Construir o perfil das cooperativas de trabalho e produção da vertente solidária, a partir de dados quantitativos, possibilita um retrato mais fiel das possibilidades e dilemas dessas alternativas para aqueles que buscam reconfigurar o trabalho. Este processo em construção vem demonstrando as ambigüidades da prática, em face do que é defendido como projeto político para as cooperativas e da concorrência que sofrem no mercado. Não obstante, há

peculiaridades nestas cooperativas que destoam das suas congêneres no país. O crescimento da Economia Solidária propiciou a inclusão das cooperativas em espaços de sociabilidade política. Do subconjunto investigado, 57,6% participam de rede ou fórum de articulação, 50,7% têm relação com movimentos sociais e populares e 56,1% desenvolvem alguma ação social ou comunitária. Esses dados reafirmam pesquisas anteriores que concluem existir uma outra lógica neste tipo de empreendimento.

Assim, de acordo com as análises realizadas até então, inferimos que essas cooperativas se caracterizam por práticas democráticas e sérias dificuldades em garantir benefícios e direitos sociais.

Entender os limites dessas cooperativas em garantir direitos sociais aos seus trabalhadores, exige uma análise macro das condições de funcionamento no mercado capitalista, não sendo possível neste artigo; porém há indícios para visualização das dificuldades. As cooperativas estão inseridas na lógica de produção e comercialização capitalista, para garantir a produtividade e a contratação dos seus serviços esbarram no processo de reprodução global do capital. O fim do trabalho assalariado e da subordinação do trabalhador ao empregador está superado em relação ao contrato; todavia, a viabilidade econômica da cooperativa no capitalismo exige inúmeras vezes a adoção da lógica mercantil para garantir sua sobrevivência. Um exemplo concreto é a dificuldade de comercialização dos produtos ou serviços para 61,1% das cooperativas.

A autonomia alcançada pela autogestão é limitada, pois não basta adotar práticas democráticas na direção do empreendimento, a forma concreta que o trabalho assume está relacionada com as relações externas às cooperativas. Quando essas relações se dão com outros empreendimentos movidos exclusivamente pela lógica capitalista, os trabalhadores são obrigados a assumir a dualidade alertada por Marx, tornando-se patrões de si mesmo e exigem o mesmo grau de produtividade daqueles que não se libertaram do sistema salarial. Esse contexto exige uma análise qualitativa do trabalho no cotidiano das cooperativas solidárias, pois o fim do assalariamento não é suficiente para a emancipação do trabalho. É preciso compreender a constituição do trabalho associado, relacioná-lo com outros indicadores, como o acesso ao crédito, comercialização dos produtos, relação com as empresas tomadoras de serviços, inserção em cadeias produtivas e assim inferir o grau de autonomia adquirido. Empregar a autogestão, participação dos sócios nas decisões do

empreendimento é louvável numa sociedade altamente hierarquizada, todavia não podem ser os únicos indicadores para constituir experiências emancipatórias.

Referências

- CORAGGIO, José L. Uma perspectiva alternativa para la economía social: De la economía popular e a la economía del trabajo. In: La economía social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007, p. 165-194.
- CULTI, Maria N. O cooperativismo popular no Brasil: Importância e representatividade. Disponível em <http://www.ecosol.com.br/publicacoes>. Acesso em maio de 2008.
- GAIGER, Luiz I. G. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais n°. 79, RC, CS, Centro de Estudos Sociais – CES, dezembro de 2007.
- _____ Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LIMA, Jacob. As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, 1980, v. I.
- PINHO, Diva B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

- SANTOS, Boaventura de S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-130.
- _____, SOUZA, André R. A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.
- SCHNEIDER, J; LAUCHNER, R. Evolução e Situação Atual do Cooperativismo Brasileiro. In: O Cooperativismo no Brasil: Enfoques, análises e contribuição. Rio Grande do Sul: Friedrich Naumann e Associação de Orientação às Cooperativas, 1979, p. 1-58.
- TIRIBA, L; PICANÇO, I. Introdução. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In TIRIBA, L; PICANÇO I. (org). Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004, p. 19-32.
- VIEITEZ, C. G; DAL RI, N. M. Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: PD&A, 2001.